

Este livro tem como objetivo analisar algumas dessas instituições nos espaços urbanos. Africanos e seus descendentes foram importantes personagens dos mundos do trabalho e da cultura urbana do século XIX. Inventaram *territórios* urbanos e *diásporas*, redefinindo identidades.

NÚMEROS E PESSOAS

Por que *ciudades negras*? Em várias sociedades escravistas e mesmo naquelas onde havia escravos africanos – mas não necessariamente estruturas escravistas –, surgiram espaços sociais com considerável concentração de população afro-descendente, entre livres, libertos e escravos. Mesmo quando não havia ainda Argentina, Colômbia, Uruguai ou Brasil, como Estados nacionais constituídos, destacavam-se, desde o período colonial, tais *territórios negros* em várias sociedades em formação.

No século XIX, Brasil e Cuba eram sociedades escravistas com altos índices de população negra (os chamados pretos e pardos) livre, e destacam-se os cenários urbanos em que viviam. Mas números, censos e estimativas ainda são incompletos. No Brasil, em 1798, pardos e negros livres somavam 406 mil, enquanto pardos escravos 221 mil e escravos 1.361 mil. Em 1872, o número de pardos livres alcançara 3.324.278 milhões. No Rio de Janeiro, em 1799, havia nas freguesias urbanas 14.986 escravos e 8.812 libertos. O percentual de cativos de 34% diminuiria para 16% em 1872, mesmo assim o número de escravos das freguesias urbanas cariocas chegaria quase aos quarenta mil.

Considerando os dados de Mary Karasch (2000), podemos acompanhar a evolução da população escrava nas principais freguesias urbanas do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

Tabela 1 – Evolução da população escrava (%) do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX

Freguesias	1821	1838	1849
Sacramento	44,3	34,4	34
São José	42,6	35,3	37,8
Candelária	65	42,5	68,7
Santa Rita	49,4	39,2	38,7
Santana	31,7	34,8	32,1

É bom destacar que o Rio de Janeiro era, nessa época, a maior cidade escravista das Américas, com a principal concentração de africanos. As freguesias centrais da Candelária e Santa Rita tinham em 1849 mais de treze mil escravos cada. Em 1821, os escravos já representavam 45,6% da população dessas freguesias urbanas. Jun- tando freguesias urbanas e rurais do município do Rio de Janeiro, os cativos já alcançavam 48,8% com mais de 55 mil. O interessante é que mais de 65% dos escravos viviam nas freguesias urbanas. Em 1838, esse índice alcançaria 78% e, em 1870, aproximadamente 81,2%. Em 1872, no município neutro do Rio de Janeiro (Corte), as cinco principais freguesias urbanas contavam com os seguintes números: escravos representavam um pouco mais de 14% do total da população geral, entretanto pretos e pardos livres atingiam o índice de 23,7%. Levando em conta somente os africanos (livres e cativos) residentes nessas freguesias, temos 38,3%.

Segundo os dados de Richard Graham (2002) e Robert Conrad (1975), entre 1864 e 1874 os números de escravos da cidade do Rio de Janeiro declinaram aproximadamente 53%. Para o perí- odo posterior, de 1874 a 1884, o declínio de escravos rurais foi de 14%, enquanto na cidade alcançou 32%. O certo é que a Corte, em 1872, tinha 48.939 cativos. Nas áreas rurais, os principais mu- nicípios escravistas eram Campos (com 32.620 escravos), Valença (com 23.496) e Vassouras (com 20.168).

Em várias regiões, principalmente nas cidades, com base no censo de 1872, destaca-se a força demográfica (absoluta e relativa) da população negra, juntando africanos, crioulos, pardos e pretos, livres e escravos. Na cidade de São Paulo, na freguesia da Sé, os escravos representavam 20% da população, só no município de São Paulo – com nove freguesias – havia 3.828 escravos. A população de pardos e pretos livres atingiu 25% da população livre. Já a escrava (6%) e a livre (13%) eram predominantemente de origem africana. Na freguesia de Santos, os escravos eram 17,5%. Ao norte do país, na província do Grão-Pará, na cidade de Belém, a principal fre- guesia urbana, a Sé, contava com 2.825 escravos, e pardos e pretos livres somavam 34% da população livre. É bom destacar que, em meados do século XIX, na freguesia da Sé – a parte mais antiga e populosa da cidade de Belém –, 51,8% da população era escrava. Segundo os dados coligidos pelo pesquisador Vicente Salles, em 1822, Sé e Campina tinham 5.719 cativos (45,9%) e 1.109 libertos (incluindo indígenas, pretos e mestiços). Em 1849, na Comarca de Belém (freguesias da Sé, Campina, Sant'Ana, Trindade, Nazaré, Inhangaipi, Bujaru, São Domingos, Barbacena, Capim, Benfca, Mosquito, Acará e Conde) havia 19.189 escravos, representando 56% da população escrava da província.

Em 1872, em Curitiba, 33% da população livre era constituída por pardos, pretos e caboclos (como eram denominados os indí- genas). Na província do Ceará, a principal freguesia urbana do município de Fortaleza tinha 35% de escravos. No Espírito Santo, na paróquia de Vitória, pretos e pardos – entre livres, libertos e escravos – somavam quase 74% da população. As sete freguesias do município do Desterro, em Santa Catarina, reuniam quase três mil cativos em 1872. Na mais distante cidade de Cuiabá, na província do Mato Grosso, havia apenas 1.394 escravos, porém 5.585 de pardos e pretos livres. Todos juntos representavam 63% de toda a população.

A população negra (considerando escravos, africanos, pardos e pretos livres assim classificados) destacava-se no final do século

XIX. Entre as principais *idades negras* – além do Rio de Janeiro – aparecem nesta ordem: Salvador, Recife, São Luís e Porto Alegre. Em 1872, na freguesia urbana da Sé, Salvador, pardos e pretos constituíam 68% da população, enquanto os escravos somavam 20%. Para todo o município de Salvador (com dezoito freguesias), os cativos eram apenas 12,8%. Já no sul do Brasil, para as freguesias urbanas da Madre de Deus e Nossa Senhora das Dores, todas do município de Porto Alegre, contavam-se quase quatro mil escravos. A população negra livre ultrapassava os cinco mil, representando 26,4% do total de livres. No conjunto, os negros – livres e escravos – atingiam aproximadamente 38% nessas freguesias. Avaliando a evolução da população escrava em Porto Alegre, temos 29,9%, 27,4% e 27,6% para os anos respectivos de 1856, 1858 e 1860. Somando libertos e escravos em 1860, temos 30,8%.

Com base nos estudos de Marcus de Carvalho (1998), podemos acompanhar a evolução da população livre e escrava urbana de Pernambuco, particularmente nas freguesias urbanas de Santo Antônio e Boa Vista, na primeira metade do século XIX. Em 1827, os escravos eram cerca de 30%. Já em 1855, esse percentual diminuiu pela metade. Para o município de Recife, em 1872, com onze freguesias, os escravos representavam apenas 13%, porém, somados aos pardos e pretos livres, atingiam 56,4% de toda a população. A cidade de São Luís, no Maranhão, com cinco freguesias, os escravos eram 22,2%. A população escrava concentrada nas duas principais freguesias urbanas, Nossa Senhora da Vitória e Nossa Senhora da Conceição, com 64%. Quantos aos africanos, 75% (entre livres e escravos) também estavam nessa área mais central da cidade. No geral, pardos e pretos constituíam 51,5% de toda a população livre do município de São Luís.

Entre o final do século XVIII e ao longo do XIX, as faces dessas *idades negras* eram africanas e atlânticas. Anotando óbitos de africanos para a freguesia da Candelária, no Rio de Janeiro, entre 1724 e 1736, Mariza Soares (2000) destacou a forte presença de africanos com procedência de Angola e da Costa da Mina, atin-

gindo o volume de 64%. Para o período de 1830 a 1852, Mary Karasch (2000) anota que os africanos ocidentais (destacadamente os minas) no Rio de Janeiro são apenas 1,5%. Há maior destaque para os angola, benguela, cabinda, cassange e congo, além de monjolo, rebofo, cabunda, ganguela e ambaca, entre outros, com cerca de 80%. Os africanos orientais, com os moçambique, quilimanes, inhambanes e senas, aparecem com aproximadamente 18%. Em 1872, no então município neutro, africanos representavam 18,065, 40% de livres e libertos. Em São Luís, no período de 1814 a 1821, entre os batizados na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, destacam-se os de procedência cabinda, moçambique, angola e minas, aparecendo também mandingas, cachéu, balanta, gabão e bigio. Já o perfil africano de Salvador é destacadamente africano ocidental com nagôs, ijéjes e haussás. Segundo os dados de João José Reis (1985, 1989 e 2002) e Maria José Andrade (1988), na primeira metade do século XIX aproximadamente 67% da população escrava dessa cidade era africana, mais de 70% de nagôs, com destaque também para a população de libertos africanos.

Mas as *idades negras* não eram só números. Tinham suas próprias identidades, reinventadas cotidianamente. Africanos e crioulos não eram necessariamente uma multidão ou massa escrava nos centros urbanos. Os recém-chegados produziam identidades diversas, articulando as denominações do tráfico, aquelas senhoriais e a sua própria reinvenção em determinados cenários. Ser um africano mina em Salvador não era o mesmo que no Rio de Janeiro. Os próprios minas do século XVIII no Rio de Janeiro eram outros daqueles do século XIX. Em Salvador, São Luís e Recife, nagôs, haussás, mandingas e ijéjes marcavam mais as suas diferenças. Já no Rio de Janeiro e também em Porto Alegre, havia uma tendência maior de aglutinação étnica entre os africanos ocidentais. Não havia necessariamente uma regra ou padrão único para essas redefinições de identidades étnicas dos africanos na diáspora, mas sim expectativas (nos espaços religiosos, no mercado de trabalho e também em suas móradas) e o contexto sociodemográfico à sua

volta. Para o Rio de Janeiro, encontramos em fontes variadas a predominância de africanos angola, benguela, moçambique, congo e cabinda. Para Porto Alegre e São Luís, com menores índices de concentração, surgem — além destes desses — nagôs, mandingas, calabar, bigajó e cachêu.

Na primeira metade do século XX, em meio a vários estudos antropológicos sobre os impactos culturais nas Américas e influenciados pelas abordagens do antropólogo Melville Herskovits e outros autores, surgiram análises tentando identificar os padrões de culturas africanas em várias regiões da diáspora, como Suriname, Venezuela, Colômbia, Cuba e várias partes do Caribe. Para o Brasil, nos trabalhos de autores como Nina Rodrigues (1901) e Arthur Ramos (1949 e 1953), apareceram análises demonstrando a concentração de africanos ocidentais — nagôs/iorubás — para Salvador, africanos congos e angolas para o Rio de Janeiro e africanos minas para Recife, Porto Alegre e São Luís. Estudos mais recentes, que consideram a demografia do tráfico atlântico e os contextos específicos das diásporas, estão revisando algumas dessas generalizações. Por exemplo, em Salvador, apesar da força demográfica dos nagôs, havia no Recôncavo e em partes dos subúrbios comunidades africanas de angolas e congos que comandavam importantes irmandades. Já no Rio de Janeiro, a diminuta quantidade de minas não impediu a influência deles no controle de nichos ocupacionais e do mercado de trabalho urbano. Mais e futuras pesquisas abordarão em detalhes as construções étnicas dessas várias cidades negras.

Nº 3 de 7 cidades lus-EB presm-

ps negra urbana.

RA - p. 12, 13 e 14.

Mortes: Haveris um e Fundação de
negros em RA? p. 13.

VIDA E MORTE NAS CIDADES ATLÂNTICAS

Altas taxas de mortalidade caracterizavam o tráfico atlântico. Desde seu embarque em feitorias africanas, os escravizados estavam expostos a diversas doenças. Nos navios negreiros — conhecidos como *timbetos* por causa das inúmeras mortes ocorridas ao longo da travessia atlântica — esses escravos enfrentavam trágicas jornadas. Com elevadas taxas de mortalidade, aqueles que sobreviviam chegavam aos vários portos e às praias nas Américas em péssimas condições de saúde: magros, debilitados, com problemas de pele ou com doenças mais graves. Antes de sua venda para áreas rurais ou mesmo regiões urbanas, ficavam armazenados em depósitos próximos aos portos, durante algumas semanas, para recuperar o peso e a aparência. Esse tempo de quarentena era fundamental para garantir aos traficantes e intermediários bons negócios. Mesmo aí o índice de mortalidade era altíssimo. No Rio de Janeiro, não muito distante do mercado de escravos do Valongo, localizava-se o “Cenitério dos pretos novos”, onde eram sepultados milhares de africanos recém-desembarcados nos primeiros anos do século XIX.

Com a demanda crescente de mão-de-obra e o crescimento urbano de algumas regiões, milhares de africanos foram comprados por senhores que residiam em cidades. Teriam que sobreviver ao cenário típico de insalubridade desses espaços transatlânticos. Antes do advento das teorias médicas científicas em meados do século XIX, as doenças que consumiam milhares de escravos eram atribuídas a crenças populares e explicações sobrenaturais. Muitos acreditavam que a morte prematura de seus cativos era resultado